

FMI: negociação será difícil

O Brasil espera iniciar até o final de maio, a negociação de acordo com o Fundo Monetário Internacional, relativo ao pagamento da dívida externa. No próximo dia 22, segunda-feira, chega ao País, uma missão técnica do FMI, que vai preparar um relatório sobre a situação econômica brasileira.

A inflação alta, próxima a oito por cento ao mês, deverá ser um dos piores indicadores econômicos do relatório, que servirá de base para o acordo com a missão negociadora que virá depois dessa. O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, admite que a negociação com o FMI será difícil e o “nó do acordo” envolverá o compromisso relativo à meta inflacionária.

Eris e toda equipe econômica não acreditam que a inflação brasileira possa ser derrubada em curto prazo. O presidente Fernando Collor compartilha dessa posição. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, reconheceu que “o Governo vê a inflação, hoje, de forma diferente. Estamos preocupados, primeiro, em estabilizá-la, depois em fazê-la cair”, disse há 15 dias.

Inflação baixa — Ibrahim Eris, em depoimento à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, afirmou que “o FMI vai insistir que em seis meses a inflação esteja próxima a dois por cento ao mês. Nós sabemos que isso é muito difícil. Vamos adotar a política que julgarmos necessária e possível de cumprir e aguardar que o Fundo aceite”, concluiu.

No acordo negociado ano pas-

sado com o FMI (acertado tecnicamente, mas não enviado à diretoria do Fundo), o Brasil comprometia-se a ter em agosto, uma inflação próxima a 1,5 por cento. Se a carta de intenções tivesse chegado à diretoria do FMI, estaria suspenso já no primeiro trimestre de vigência e o Brasil desgastado internacionalmente.

Zélia Cardoso de Mello pretende estabilizar a inflação brasileira em índice próximo a seis por cento ao mês. A taxa é intragável pelo FMI, fiel a uma política monetarista com inflação média de, no máximo, quatro por cento ao mês, taxa cambial única e fixa, corte nos gastos públicos e contenção salarial.

Abrir Portas — Um acordo com o FMI, órgão ao qual o Brasil deve cerca de 2,064 bilhões de dólares (dado do Banco Central), é importante para a assinatura de contratos de empréstimos junto ao Clube de Paris e outros organismos governamentais. “A assinatura da carta de intenções com o FMI indica à comunidade financeira internacional, que o País está praticando política econômica afinada com padrões rígidos, facilitando outros acordos”, explica Jorge Fagali Neto, diretor-adjunto da Secretaria de Planejamento.

O passo seguinte a um possível acordo com o FMI será negociar a dívida e novos empréstimos junto ao Clube de Paris. Nesta instituição, por decisão da diretoria, o Brasil perdoaria 1,5 bilhão de dólares da dívida polonesa. O Governo nacional não gostou desse “perdão”.